

Financiamento do risco de secas em Moçambique — SAP-Seca e protecção social adaptativa^{1,2}

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e Programa Mundial para a Alimentação (PMA) Moçambique

Nos últimos anos, Moçambique avançou significativamente nas respostas e no financiamento público de emergências de progressão lenta, cuja importância está destacada em documentos normativos, como o Plano Director de Redução do Risco de Desastres (PDRRD 2017-2030) e a Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres (Lei nº 10/2020).

Com base nestas directrizes, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), através da Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-áridas (DARIDAS), estabeleceu o Sistema de Aviso Prévio à Seca (SAP-Seca), que visa promover e aplicar o Financiamento baseado em Previsões (FbP). O seu objetivo é planificar e implementar Acções Antecipadas (AA) para mitigar os riscos de desastres antes da sua ocorrência e reduzir a necessidade de assistência humanitária após a sua ocorrência. Também se buscam parcerias para activar ferramentas para o financiamento de desastres e riscos, com o African Risk Capacity (ARC), da União Africana, para a modelagem e contratação de seguros soberanos para financiar respostas a desastres naturais extremos.

O desenvolvimento do SAP-Seca está a ser realizado com o apoio técnico e financeiro do PMA e as actividades de coordenação estão a ser estabelecidas para garantir uma forte interacção com o sector da protecção social. O Instituto Nacional de Acção Social, Instituto Público (INAS-IP) possui representação no Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para o SAP-Seca, uma equipa intersectorial liderada pelo INGD/DARIDAS para apoiar o Governo a estabelecer mecanismos de alerta adequados para a declaração de emergência e a planificar acções para mitigar os efeitos da seca.

O GTT possui três subgrupos alinhados com os componentes do Sistema de Gestão do Risco da Seca (Art. 13 Lei nº 10/2020). O primeiro foca na previsão e alerta da seca e é responsável por analisar a ocorrência de secas e definir os padrões para os activadores de respostas, segundo os níveis de risco pré-definidos (“triggers”). O segundo é responsável por dar orientações para a planificação de actividades que tenham impacto frente à previsão de seca, que são compiladas nos Planos de Acções Antecipadas (PAA). Já o terceiro é dedicado a listar os mecanismos de financiamento e as directrizes para implementar os PAA segundo os procedimentos operacionais padrão.

Quatro distritos pilotos foram selecionados para uma elaboração detalhada dos Planos de Acção Antecipada — Chibuto e Guijá, na província de Gaza, e Marara e Changara, na província de Tete. Em 2021, os actores do governo a nível local realizaram actividades para planificar e orçamentar diferentes tipos de programas de resposta que poderão ser accionados em casos de seca leve, moderada ou severa. O principal programa de transferências de emergência do INAS-IP, o Programa de Apoio Social Directo Pós-Emergência — (PASD-PE) foi incluído na resposta em todos os distritos, representando 68 por cento do orçamento previsto pelos PAAs, a ser activado na previsão de seca grave.

Os Planos de Acção Antecipada são elaborados e aprovados a nível distrital e inseridos no Plano Nacional de Contingência. Após a aprovação do Plano, em Outubro de 2021, seguem as actividades de monitoria e previsões para uma possível activação do plano em 2021-2022. Para consolidar a metodologia de elaboração e activação dos PAA nos distritos pilotos, ela será expandida para mais regiões do país em 2022.

A colaboração institucional do SAP-Seca destaca o significativo potencial de integração das transferências de protecção social — neste caso, do PASD-PE — como estratégia de mitigar os impactos da seca, importante resultado do trabalho conjunto entre o INAS-IP e o INGD para melhorar as acções de resposta a choques. Embora tenham sido feitos progressos significativos no campo da antecipação da seca em Moçambique,



os desafios para o futuro permanecem. Será necessário desenvolver ainda mais o Sistema, incluindo: a plataforma do GTT para alerta precoce de seca; os protocolos de acção antecipada para uma potencial activação e para a implementação de intervenções antecipatórias frente à seca; e assegurar a consistência e padrões de qualidade na preparação de planos para os distritos propensos à seca.

Adicionalmente, para melhor integrar os instrumentos de protecção social nos planos de acção antecipada, é necessário melhorar e adaptar as ferramentas de financiamento existentes para que possam ser usadas no SAP-Seca. Para ampliar e expandir a acção antecipatória, será necessário identificar recursos financeiros e capacidades adicionais. Os parceiros do GTT sobre o aviso prévio à seca, sob a orientação e liderança do INGD, estão preparados para enfrentar e superar estes desafios colaborativamente.

Referência:

Governo de Moçambique, Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentos e MozSP, 2021. "Planificação e Orçamentação da Protecção Social Adaptativa em Moçambique e Funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades", Palestra ministrada pelo Director da Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-áridas (DARIDAS) do INGD. Relatório 2ª Edição. Diálogo sobre Resiliência Social. Maputo: Governo de Moçambique, 21-24.

Notas:

1. Este *One Pager* é parte de uma série de publicações sobre a Protecção Social em Resposta a Choques em Moçambique, produzida com o apoio do PMA e com financiamento do Departamento da União Europeia para Protecção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária (ECHO).
2. O II Diálogo sobre Resiliência Social foi organizado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social de Moçambique, com o apoio do Programa Mundial para a Alimentação e do Banco Mundial. O relatório foi produzido com base em palestras ministradas por especialistas durante o evento.